

PRÁTICAS EDUCATIVAS NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS NA PERSPECTIVA DA PEDAGOGIA SOCIAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA

Gleeciany Souza Santos¹; Yone Pinto de Medeiros ²; José Leonardo Rolim de Lima Severo³

¹Universidade Federal da Paraíba, gleecianysantos@hotmail.com ; ² Universidade Federal da Paraíba, yonepmedeiros@gmail.com; ³Universidade Federal da Paraíba, leonardorolimsevero@gmail.com

RESUMO

O projeto apresentado neste trabalho se propõe a possibilitar, através de oficinas, aos educadores(as) sociais e técnicos(as) de referência que atuam no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) o acesso a referenciais teóricos-metodológico da Pedagogia e às discussões sobre Direitos Humanos como uma alternativa para o fortalecimento do trabalho educativo desenvolvidos nos territórios sociais atendidos pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), nos bairros do município de João Pessoa-PB. Foi feito um mapeamento de perfis e demandas formativas nesses CRAS por meio de visitas in lócus com objetivo de coletar informações, fazer parcerias institucionais, conhecer o funcionamento destes e, a partir disso, subsidiar o planejamento das oficinas temáticas. Visando coletar dados a respeito da satisfação, de como os educadores se veem no exercício do seu trabalho e como a ele associam ideias e sentimentos, foi aplicado um questionário semiestruturado com questões abertas e de escala, cujos dados são apresentados neste trabalho. Devemos dar relevância a esta temática, visto que o trabalho desses profissionais é de suma importância para promover a socialização, a boa convivência e desenvolver o protagonismo de indivíduos e grupos como estratégia pedagógica no contexto das políticas da Assistência Social.

Palavras-chave: Educador(a) Social, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Pedagogia Social.

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa apresentar a experiência resultante de um projeto de extensão da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), desenvolvido no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Pedagogia, Trabalho Educativo e Sociedade (GEPPTES), que tem como propósito promover oficinas de formação em Pedagogia Social para educadores(as) sociais e equipes gestoras que atuam no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do município de João Pessoa-PB, orientadas à organização do trabalho socioeducativo centrado na aprendizagem de valores na perspectiva dos Direitos Humanos.

As oficinas são estratégias de discussão e mobilização prática para a formação conceitual e vivências potencializadoras do agir consciente e qualificado dos educadores(as) sociais, contemplando a produção de material didático para a Educação Social na perspectiva

dos Direitos Humanos e a abordagem de situações e temas ligados à violência, sociabilidade, ativismo juvenil, gênero, sexualidade e direitos sociais.

Será enfatizada uma breve perspectiva de aproximação conceitual ao campo da Pedagogia Social, além de como é realizado o SCFV, quais os seus objetivos e normas organizativas no contexto da Proteção Social Básica, para, então, apresentar e discutir dados produzidos através da aplicação de um instrumento de mapeamento de perfis e características funcionais do trabalho de Educação Social desenvolvido no Serviço.

METODOLOGIA

O projeto aqui apresentado se desdobrou em oficinas pedagógicas, com encontros presenciais mensais, com duração de 4 horas cada, totalizando 30 horas, que ocorreram durante sete meses. O planejamento das oficinas contou com a aplicação de um instrumento para levantamento de demandas formativas in lócus em 10 (dez) Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) em bairros do município de João Pessoa. Através dessa ação, foi possível a construção de referências que oportunizaram a contextualização dos temas programados para o ciclo de oficinas, a saber: 1) Identidade do trabalho educativo e do(a) educador social; 2) Relação educativa, motivação e grupalidade; 3) Violências, educação em valores e mediação de conflitos; 4) Direitos humanos, gerações e diversidades; 5) Ludicidade, aprendizagem e animação sociocultural; 6) Estratégias de planejamento e avaliação de atividades socioeducativas; 7) Novos horizontes da ação educativo-social.

Nas oficinas, priorizaram-se estratégias de ensino-aprendizagem com o uso de dinâmicas participativas, resultando na construção de material educativo acerca dos temas e conteúdos abordados, o que favorece a troca de experiências e a construção coletiva de saberes e fazeres reflexivos. Para Anastasiou e Alves (2004, p. 95), oficinas seriam um tipo de

Estratégia do fazer pedagógico onde o espaço de construção e reconstrução do conhecimento são as principais ênfases. É lugar de pensar, descobrir, reinventar, criar e recriar, favorecido pela forma horizontal na qual a relação humana se dá.

Trata-se de estratégia educativa em que “pode-se lançar mão de músicas, textos, observações diretas, vídeos, pesquisas de campo, experiências práticas, [...] num movimento de reconstrução individual e coletiva” (idem). Ainda de acordo com essas autoras, nas oficinas pedagógicas as experiências individuais são levadas em conta para a construção dos

saberes coletivo.

O público alvo se constituiu de educadores(as) sociais, orientadores sociais e técnicos de referência do SCFV nos CRAS e algumas ONGs de João Pessoa – PB, bem como de gestores(as) da política de Proteção Social Básica vinculados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e estudantes do curso em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba.

As oficinas foram realizadas a partir de exercícios teórico-práticos que propiciaram: a criação de um ambiente de aprendizagem aberto aos questionamentos e diálogos; a aquisição de aprendizagens colaborativas; a construção coletiva de conhecimentos e a elaboração de materiais educativos. Foram utilizadas estratégias diversificadas, alternando rodas de conversa, trabalhos em grupo, exibição de vídeos e utilização de metodologias ativas.

Inicialmente, o projeto tinha intenção de oferecer 50 vagas para as oficinas, porém, após o mapeamento feito nas instituições, ampliou-se o número de vagas para 100 participantes do SCFV e 20 para estudantes do curso de Pedagogia. Os dados relativos à caracterização de perfis e do trabalho desenvolvido pelos(as) participantes, serão apresentados posteriormente à introdução da organização do SCFV no contexto das Políticas de Assistência Social.

POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

Faz-se necessário abranger os marcos legais no que tange à tipificação do SCFV no contexto da Política de Assistência Social, as quais, no Brasil, se atrelam às lutas de movimentos sociais na busca pela afirmação de direitos. O surgimento dos movimentos sociais, de acordo com Behring Boschetti (2009) não tem uma data específica, mas sabe-se que eles deram início aos primeiros esboços das políticas sociais no Brasil, tendo se intensificado na medida em que o capitalismo foi tomando força e suas contradições estimularam a ação organizada de segmentos da sociedade civil em prol de causas sociais.

Segundo a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), mais especificamente nos artigos 6º e 203º, dispõe-se que assistência social é oferecida a quem dela precisar, independente da contribuição à seguridade. Isso quer dizer que as políticas se destinam a grupos e populações em maior situação de necessidade assistencial a ser provida pelo Estado. De acordo com Sposati (2013), a assistência social deve garantir que os direitos sociais como a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à

maternidade e à infância etc, sejam assegurados para a sociedade, especialmente para as parcelas que estão em situação de vulnerabilidades sociais, essa expressão é muito corriqueira nas políticas públicas e se caracteriza na “rotulação” de pessoas que (con)vivem em difíceis condições de sobrevivência. Geralmente são indivíduos marginalizados, excluídos dos benefícios e direitos que todos os cidadãos deveriam ter.

O SCFV trata-se de um Serviço de Proteção Básica que foi regulamentado pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009) e que, em 2013, foi reordenado por meio da Resolução do CNAS nº01/2013 (BRASIL, 2013). De acordo com o documento da Tipificação Nacional, o serviço possui um caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação de direitos no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários, buscando atingir alternativas emancipatórias para enfrentar as situações de risco social. Deve ser ofertado de modo que garanta as seguranças de acolhida e de convívio familiar e comunitário, além de estimular o desenvolvimento da autonomia e protagonismo dos usuários. O Serviço é pautado na noção de vulnerabilidade de relações e visa constituir oportunidades de (re)construção dos vínculos entre as pessoas das mais diferentes idades e a sociedade, instituída por valores e expectativas de conduta, incentivando a socialização e fortalecendo a convivência comunitária (SANTOS; LEMES, 2016).

Gerido pelos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), as ações do SCFV são articuladas a partir de normativas próprias (BRASIL, 2015), observando ciclos de vida, eixos de aprendizagem e situações prioritárias, os quais, no contexto das infâncias e juventudes, o posiciona como estratégia de abordagem junto a sujeitos retirados de situação de exploração e trabalho infantil, em cumprimento de egressos de medidas socioeducativas, em medidas de protetivas, beneficiário de programas sociais e por demanda espontânea, por exemplo.

Para que se atinja um resultado exitoso no trabalho, é necessário que se divida os usuários em grupos a partir de faixas etárias. Então, de acordo com o seu ciclo de vida, podem participar crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos que fazem parte do território onde está localizada a instituição que oferece o serviço. Os grupos são divididos da seguinte maneira: crianças de zero a 6 anos; crianças e adolescentes de 7 a 14 anos; adolescentes/jovens de 15 a 17 anos; jovens de 18 a 29 anos; adultos e idosos. Mas também se trabalha na perspectiva de integrar todas as gerações. Isso se deve à necessidade de diferentes atividades, que são planejadas de acordo com as idades, respeitando a pluralidade e as individualidades.

Um aspecto importante do SCFV abrange a questão da prioridade do atendimento. O serviço dá prioridade às pessoas em situação de: isolamento; trabalho infantil; violência; com defasagem escolar ou fora da escola; em acolhimento institucional; no cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto; abuso e/ou exploração sexual; situação de rua e vulnerabilidade no que diz respeito às pessoas com deficiência, de acordo com o documento “Perguntas Frequentes” (versão de julho de 2017).

Referenciado pelo documento “Perguntas Frequentes” (versão de julho de 2017), o serviço deve ser organizado de forma coletiva, com o auxílio dos técnicos(as) de referência, dos orientadores(as) sociais e dos(as) próprios(as) usuários(as). Quanto à caracterização metodológica, o SCFV oferece atividades embasadas na convivência, diálogo e fazeres que se objetivam em promover: a valorização e reconhecimento do indivíduo; a escuta, para o compartilhamento de experiências; produção coletiva promovendo relações horizontais – cunho de igualdade – e a colaboração conjunta; exercício de escolha para fomentar a responsabilidade; tomada de decisão sobre si e opinar em grupo; construção de diálogo para capacita-los na resolução de conflitos. O objetivo do trabalho grupal é estimular as trocas culturais e o compartilhamento de vivências, desenvolver junto aos usuários o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer os vínculos familiares e comunitários com a perspectiva de incentivar a socialização.

O(A) EDUCADOR(A) SOCIAL NO SCFV: UM PERFIL EM CONSTRUÇÃO

No Brasil, ainda não existe curso superior que forme, de modo específico, o(a) educador(a) social, ou seja, para o exercício dessa profissão é necessário que o profissional tenha, no mínimo, concluído o ensino médio, de acordo com o documento “Perguntas Frequentes do SCFV”. Profissionais de diversas áreas do conhecimento, como pedagogos(as), psicólogos(as) e assistentes sociais atuam no SCFV, exercendo a atividade de educador(a) social. O trabalho se constitui em dar atenção, defender e proteger as pessoas em situação de vulnerabilidades conforme os ciclos de vida e populações preconizadas pelas normativas do Serviço (2013), procurando promover e assegurar direitos sociais, além de desenvolver atividades culturais, esportivas, escolares e recreativas como ferramentas de socialização e vínculo comunitário.

Há uma vasta quantidade de perfis no que se refere ao profissional que trabalha com educação social no SCFV. Munidos(as) dos dados colhidos através da aplicação de um questionário semiestruturado na primeira oficina pedagógica oferecida ao grupo de

educadores(as) sociais em João Pessoa, podemos destacar que a maioria, cerca de 71% dos(as) participantes, é mulher. No que se refere à formação, 34,7% são pedagogos(as), 2,1% fisioterapeutas, 2,1% biólogo(a), 2,1% contadores(as), 2,1% administradores(as), também aparecem 23,9% com formação em nível médio. Em sua maioria, os profissionais têm mais de 35 anos de idade. Com o levantamento dos dados, percebemos que a maioria dos(as) educadores(as) sociais atuam no Serviço a mais de 4 anos e o tempo máximo informado foi de 19 anos, dado referente apenas a uma pessoa.

O coletivo em que prevalece a atuação desses(as) trabalhadores(as) é o de crianças e adolescentes. Quando perguntados sobre qual a contribuição, em uma escala de 0 a 10, que seu trabalho no SCFV oferece para a transformação social, houve quase um empate entre as notas 8 (16 pessoas), 9 (16 pessoas) e 10 (17 pessoas) e, apenas 3 pessoas assinalaram a nota 7. Ou seja, eles(as) acreditam que seu ofício realmente tem o poder de transformar a sociedade. Para uma segunda questão, foram perguntados(as), também em uma escala de 0 a 10, acerca dos resultados que o SCFV podem oferecer na vida dos(as) usuários(as). As notas relevantes foram 7 (9 pessoas), 8 (16 pessoas) e 9 (14 pessoas), indicando que, para a maioria deles(as), o SCFV tem o poder de impactar positivamente na vida do(a) usuário(a). Outra questão importante de ser destacada é a que se refere ao grau de satisfação dos(as) educadores(as) sociais em atuar no SCFV, as notas que tiveram relevância foram 7 (8 pessoas), 8 (11 pessoas), 9 (14 pessoas) e 10 (11 pessoas), o que nos permite concluir que uma grande parcela dos(as) participantes estão satisfeitos com sua atuação e seu trabalho. Quando perguntados(as) sobre quais as estratégias que eles(as) costumam aplicar no seu trabalho com SCFV, as metodologias comuns a vários(as) participantes foi a utilização de dinâmicas, rodas de conversa, escuta e planejamento, pode-se dizer que estas atividades tem resultados positivos e reflete na preferência da maioria dos(as) participantes.

UMA BREVE APROXIMAÇÃO DO CAMPO DA PEDAGOGIA SOCIAL

A Pedagogia Social busca responder aos desafios da socialização cultural e promoção dos direitos sociais através de estratégias educativas em contextos diversos de acordo com as demandas e possibilidades dos cenários históricos e espaciais que envolvem os grupos humanos. Nesse sentido, ela “[...]coloca em relevo questões sobre o papel da educação na sociedade contemporânea e realça as possibilidades de intervenção socioeducativa desde uma perspectiva pedagógica autêntica” (SEVERO, MACHADO; RODRIGUES 2014, p.16). Ela reconhece o potencial pedagógico da experiência social e converte situações de convivência,

trabalho, ócio e demais formas de interação humana mediada ou não pelas instituições. Essa ciência, no geral, busca subsidiar a educação não escolar e sócio comunitária.

Pérez Serrano (2009) informa que a Pedagogia Social é um campo de conhecimento configurado como disciplina pedagógica cujas raízes históricas remetem ao final do século XIX, na Alemanha, vinculada ao trabalho social e educativo com infância e juventude. Ao longo do século XX se difunde em toda Europa e, a partir da Segunda Guerra Mundial, passa a ocupar lugar de relevo em meio às propostas de educação cívica, para a paz e desenvolvimento social, vinculando-se a ação do Estado de Bem-Estar Social. É especialmente na Espanha, no curso da década de 1990, que a Pedagogia Social amplia e consolida seu raio científico com base em esforços de sistematização epistemológica de bases teórico-investigativas e de estruturação de espaços de formação e prática profissional. No Brasil, a Pedagogia Social, apesar de ser recente, tem sido tema de discussões e debates em diversas universidades, congressos e projetos, e tem como um dos objetivos, uma formação para os que trabalham em áreas socioeducativas.

Acredita-se, que a pedagogia social precisa ser inserida como referencial de prática e gestão das políticas de Assistência Social, uma vez que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo requer a organização de situações educativas em contextos complexos de diversidade cultural, educacional, social e econômico.

Pérez Serrano (2009) afirma que a Pedagogia Social é a Ciência da Educação Social, essa última concebida como uma ação sistemática orientada para o desenvolvimento da sociabilidade humana que, tomando o sujeito e seu contexto comunitário como alvo das intervenções, visa promover “[...] autonomia, integração e participação crítica, construtiva e transformadora que lhe envolve” (2009, p. 126).

Baptista (2017) considera que o objeto de estudo da Pedagogia Social é a práxis socioeducativa exercida pelos pedagogos e educadores sociais em espaços não escolares, prioritariamente, com vistas à formação humana ao longo da vida em uma perspectiva de integração e solidariedade social. A autora afirma que, fundamentada axiologicamente na promoção das condições de justiça social, a Pedagogia Social se transforma “[...] numa ciência de importância crucial em um mundo teimosamente ensombrado por fenômenos de desumanidade e exclusão” (2017, p. 19).

Caride Gómez (2009) identifica que o campo da Pedagogia Social diz respeito à fundamentação conceitual e prática requerida para a construção das intervenções em Educação Social, sendo formado por

[...] recursos, programas e atuações que permitam afrontar necessidades e problemas específicos da população que impedem, limitam, condicionam o pleno exercício dos seus direitos cívicos e das liberdades nos quais se fundamentam. E que aludem a quem está em situação de risco, dependência, conflito, menos-valia, inadaptação, marginalização, exclusão [...] menores, mulheres, pessoas idosas, dependentes químicos, encarcerados, imigrantes, deficientes, pobres, desempregados, etc. (CARIDE GÓMEZ, 2009, p. 459).

As definições apontadas expressam uma convergência quanto ao sentido prático e inventivo da Pedagogia Social que deriva do estatuto epistemológico da própria Pedagogia como ciência praxica da educação. Desse modo, o conhecimento e o método que se opera em seu âmbito estão vinculados diretamente às experiências construídas e refletidas pelos sujeitos nas dinâmicas socioeducativas em que estão inseridos; é nelas que a Pedagogia Social se enraíza e para desenvolver referenciais de intervenção capazes de constituir e reconstituir os vínculos de integração entre os sujeitos e a sociedade, em suas diferentes esferas, problematizando, desde um ponto de vista crítico, a lógica pela qual a própria sociedade atribui sentido à integração e em como as questões contemporâneas ligadas ao consumo, à globalização cultural e econômica, às novas formas de sociabilidade, ao multiculturalismo incidem nos modos de vida social.

A Pedagogia Social, dentro do SCFV pode proporcionar à(ao) educadora(or) analisar, refletir e posteriormente transformar as situações educativas por meio da fundamentação teórica, metodológica e ética das suas práticas e relações profissionais. Portanto, o trabalho do(a) profissional capacitado(a) para lidar com esse contexto compreende uma educação social, a qual ganha relevância por ir além do ensino convencional, à medida que desenvolve práticas pedagógicas direcionadas a transformação da realidade. A respeito disso, Carvalho e Batista (2004) afirmam que:

A formação das competências de um (a) educador (a) social exige, em conformidade, uma sólida preparação de alguns domínios das ciências da educação em íntima conjugação com o estudo dos comportamentos individuais e coletivos e uma sólida cultura geral (CARVALHO; BATISTA, 2004, p. 25).

É fundamental que o(a) pedagogo(a) e o(a) educador(a) social tenham uma formação sólida para que possa estudar o comportamento do indivíduo em todo seu aspecto e assim saber a melhor forma de trabalhar e socializar esse indivíduo ao meio em que está inserido, trabalhando para promoção, crescimento e desenvolvimento sociocomunitário.

Nesse sentido a Pedagogia Social torna-se indispensável no SCFV, uma vez que o profissional do serviço precisa ter a sensibilidade de atrelar os saberes educacionais aos

saberes das ações desenvolvidas na política de assistência social. Dessa forma, ele compreende os(as) usuários(as) como sujeitos em formação e que é preciso ultrapassar os muros da escola e garantir as famílias a garantia de acolhida, fortalecimento dos vínculos ou reconstrução daqueles(as) que seus vínculos já foram rompidos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências e informações trazidas a respeito do projeto de extensão pode proporcionar nessa leitura uma reflexão a respeito da importância do SCFV, uma vez que as bases legais das Políticas de Assistência Social firmam esse serviço como estratégia para o enfrentamento e superação de vulnerabilidades.

Apresentou-se aqui o perfil do(a) profissional que atua no SCFV na cidade de João Pessoa, as variadas formações acadêmicas que eles possuem, os ciclos de vidas com os quais atuam, quais as atividades e reflexões que eles tem sobre seu trabalho, em que pode-se observar a diversidade que existe no serviço e que é preciso uma ampliação do conhecimento do que é pedagogia social e qual a fundamentação dela para o trabalho dessa área na sociedade.

Dentre essas discussões ainda existe várias discussões que devem ser aprofundadas, entre elas a importância de um espaço de qualidade para os que usufruem do serviço, visto que esses ambientes funcionam em circunstâncias problemáticas no que se refere à estrutura, equipamento e dinâmica de trabalho.

5 REFERÊNCIAS

ANASTASIOU, L. G. C; ALVES, L. P. Estratégias de ensinagem. Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula, v. 3, p. 67-100, 2004.

BAPTISTA, Isabel. Investigar em pedagogia social: razões, oportunidades e desafios. **Trama Interdisciplinar**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 18-25, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tint/article/view/9899/6537> Acesso em: 25 de julho de 2018.

BEHRING, E.R; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 9 ed. CFESS- Serviço Social-Direitos Sociais e Competências Sociais e Competências Profissionais (2009).

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

CARIDE GÓMEZ, José Antonio. Elogio de la Pedagogía Social: acerca de los nuevos y viejos desafíos de la educación social. Praise of Social Pedagogy: about the new and old

challenges of social education. **Revista de Educação Pública**, [S.l.], v. 18, n. 38, p. 449-468, ago. 2012. ISSN 2238-2097. Disponível em:
<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/391>. Acesso em: 25 de julho de 2018.

CARVALHO, Adalberto Dias de; BAPTISTA, Izabel. **Educação Social: fundamentos e estratégias**. Porto: Porto Editora, 2004.

PÉREZ SERRANO, Gloria. Pedagogía Social – Educación Social: construcción científica e intervención práctica. 3 ed. Madrid: Narcea, S.A. de Ediciones, 2009.

SANTOS, Karine; LEMES, Marilene. O sentido do trabalho educativo no campo social. **SÉRIE-ESTUDOS: Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, Rio Grande do Sul, v. 21, n. 43, set./dez. 2016.

SPOSATI, Aldaíza. **Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social**. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 116, p. 652-674, out./dez. 2013

BRASIL. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, **Texto da RESOLUÇÃO N° 109, DE NOVEMBRO DE 2009**. Publicada no Diário Oficial da União em 25 de novembro de 2009.

MACHADO, Érico Ribas; RODRIGUES, Marli de Fátima; SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. Pedagogia, pedagogia social e educação social no Brasil: entrecruzamentos, tensões e possibilidades. **Interfaces Científicas – Educação**. Aracaju. V.3, N.1, p. 11 – 20, Out. 2014. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/educacao/article/view/1635>. Acesso em: 30 de julho de 2018.

Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. *Perguntas frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos*. Versão atualizada. Brasília, julho 2017